

A FILOSOFIA POLÍTICA, JOAQUIM DE CARVALHO E A LIBERAL DEMOCRACIA

Resumo: *Este artigo examina as questões de filosofia política elaboradas por Joaquim de Carvalho. Seu pensamento político foi desenvolvido em vários trabalhos sendo quatro os mais importantes: **Liberalismo e democracia, Com a razão na mão, Sobre a ideia de estado total e Reflexão sobre a universidade**. Embora abordem vários temas, os estudos de filosofia política aqui propostos se articulam no entendimento de que a liberal democracia é a grande conquista da sociedade moderna. Ela fortalece as instituições a serviço da cultura, preserva a liberdade interior e exterior, promove a tolerância, garante a pluralidade e democratiza valores que favorecem o enriquecimento dos povos.*

Palavras-chave: *liberal democracia, filosofia, liberdade, estado, indivíduo.*

Introdução

A política é uma atividade humana importante. Ela não apenas viabiliza a convivência social, reduzindo as manifestações violentas, mas também promove a divulgação de valores. O homem continua o mesmo sujeito violento desde os primórdios da civilização: luta, tortura, escraviza, fere, intimida e tiraniza. Assim, os esforços para dar uma relativa racionalidade às disputas não passam despercebidos aos que voltam o seu olhar para o mundo humano. A reflexão filosófica, ao longo do tempo, cuidou do mundo da política, investigando os motivos que levam os homens a viverem juntos e perquirindo sobre os fundamentos dessa associação.

Este artigo examina o pensamento político de Joaquim de Carvalho, filósofo para quem a política revelava muito do que era o homem. Sua visão de historiador das instituições e das idéias ensinou-o a buscar a exatidão conceitual, a obter a objetividade possível aos humanos. Este foi o ponto de partida de sua meditação sobre o universo político, estabelecer a distinção entre o liberalismo

e a democracia. No entanto, o rigor conceitual tem um pano de fundo preciso que não podemos desconhecer, trata-se do esforço para entender como as sociedades humanas buscaram controlar o seu ímpeto para a violência, como talharam alternativas de convivência e onde chegaram em seu propósito.

O pensamento político de Joaquim de Carvalho delineia-se mais precisamente em quatro trabalhos reunidos no sexto volume de suas *Obras Completas*. São eles: *Liberalismo e democracia ou glosa de um juízo de Herculano*, *Com a razão nas mãos* - o mais importante deles e elaborado em seis capítulos, *Sobre a idéia de estado total* - considerações em três tempos sobre os partidos políticos e as formas de organização política e, por fim, *Reflexão sobre a universidade*. Deles nos valem para elaborar as considerações que se seguem.

I. Democracia e liberalismo

A história humana é cheia de exemplos de líderes políticos que, por suas ações violentas e brutalidade, envergonham a humanidade. Muitas vezes suas ações brutais foram precedidas de um discurso aparentemente liberal, discurso voltado para a edificação de um mundo melhor. Por esta razão é muito importante identificar quando o interesse da dominação está escondido debaixo de um discurso de feição liberal. Assim Joaquim de Carvalho principiou suas reflexões sobre o mundo da política.

Outro problema advém da imprecisão dos conceitos usados na política. Durante muito tempo confundiu-se democracia moderna com liberalismo, pelos mesmos motivos que não se discriminavam os objetivos da revolução francesa daqueles presentes na inglesa. Esta imprecisão conceitual teria origem numa espécie de solo comum, o iluminismo. Há proximidade entre os movimentos revolucionários, Joaquim de Carvalho o reconhece, ambos pertencem ao mesmo impulso de afastamento da cristandade medieval, desconfiados que são de leis morais subordinadas aos dogmas e instituições. No entanto, as diferenças entre o que impulsionou as revoluções naqueles dois países europeus é muito visível e não pode ser confundido. Os franceses fizeram uma inocente leitura da natureza humana, passível de ser corrigida por uma espécie de generalização do altruísmo universal, sentimento que desembocava na fraternidade mundial e na sociedade igualitária. A tanto sacrificaram a liberdade e o direito individual, que diziam também ser um dos objetivos da Revolução que promoveram. Os

ingleses nunca chegaram a tanto, não minimizaram a animalidade do homem, nem desvincularam a liberdade exterior da interior.

Joaquim de Carvalho, valeu-se desta distinção que o estudo da história lhe permitiu fazer, mas não ficou só com ela. Ele refletiu sobre a diferença entre o liberalismo e a democracia, lembrando que a conquista de uma não promovia a outra. Há exemplos de desrespeito a liberdade tanto na democracia antiga, na Grécia de Sócrates, como na moderna. *Em nosso século Staline e Hitler atingiram o poder democraticamente e abominaram e perseguiram o liberalismo* (Carvalho, Liberalismo e democracia. v. I, 1989. p. 257). Por outro lado, existiram liberais, como Alexandre Herculano (1810-1877)¹, que não eram simpáticos à democracia.

A diferença fundamental entre democracia e liberalismo resulta de que são respostas para problemas diversos da política. A questão de identificar de onde procede o poder culminou na democracia. Seus adversários são os aristocratas, como o Marquês de Pombal (1699-1782)², *que situam numa classe de privilegiados a fonte do poder* (idem, p. 258). Para o Marquês e Primeiro Ministro de Dom José I a autoridade residia na pessoa do soberano a quem o povo devia obediência, para os aristocratas também podia advir de uma pequena classe. Locke, o primeiro teórico do liberalismo, não era democrata. Propugnava a representação política dos proprietários,

¹ Alexandre Herculano, historiador, poeta e romancista português, nasceu em Lisboa em 1810 e morreu no Vale dos Lobos em 1877. Foi o criador do romance histórico português no espírito do romantismo. A pedido da Academia de Ciências de Lisboa inventariou os Arquivos de seu país escrevendo *Portugalia monumenta historica*, precioso trabalho de informações históricas, etnográficas e linguísticas. Suas obras principais são: *Harpa do crente* (1838); *Eurico, o presbítero* (1844); *História de Portugal* (4 volumes: 1846, 1847, 1850 e 1853); *O monge de Cister* (1848) e *Lendas e Narrativas* (1851).

² Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, nasceu em Lisboa no ano de 1699 e morreu na Quinta de Pombal em 1782. Ministro dos Negócios estrangeiros de D. José I foi o responsável pela modernização do país. Transferiu a capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro e, ainda em relação ao Brasil incentivou a lavoura do café e a construção naval. Em 1755 iniciou a perseguição aos jesuítas, acabando-os por expulsá-los do Reino como parte de seu plano de reforma do ensino. Promoveu a famosa reforma da Universidade de Coimbra trazendo para Portugal cientistas renomados de toda a Europa. Depois da morte de D. José I, subiu ao trono D. Maria I e Pombal foi afastado do governo. A anistia política promovida pela soberana abalaram o prestígio do velho marquês que teve que enfrentar muitos e antigos inimigos. Acabou desterrado da corte e morreu em sua Quinta logo depois.

daqueles que haviam conseguido atingir um relativo nível de conforto material. Os democratas centram, ao contrário dos absolutistas e aristocratas, a fonte do poder no povo e não numa única pessoa ou numa pequena parcela da sociedade³.

Os liberais, por seu turno, não participam da discussão sobre a fonte última do poder, mas se ocupam dos limites do seu exercício. Aos liberais da primeira hora importava menos saber quem exercia o poder, se um representante eleito por todos, por alguns, ou mesmo se por um monarca, e mais de que forma ele o fazia. Os defensores da liberdade estabelecem na lei o limite de atuação da autoridade, pois a experiência revelou que o principal na construção desses limites é uma atuação que propicie *a liberdade pessoal, de opinião, de consciencia, de contrato, economica, etc.* (idem. p. 258) garantidas em lei.

Com base nesta distinção, Joaquim de Carvalho entendeu que não era cabível falar de uma decadência do liberalismo como decorrência das transformações sociais de seu tempo. Contudo, ele admitiu que o liberalismo, como tudo o mais que é humano, precisava de atualização, alterando, sobretudo, a forma ainda elitista proveniente de sua origem e que se conservara ao longo do século XIX. De fato, a evolução política dos países mais civilizados combinou ambos os aspectos, liberalismo e democracia, numa síntese constitucionalmente garantida. A partir daí o liberalismo adquiriu um novo perfil, tornou-se liberal democracia, uma teoria

³ Selvino Malfatti trabalhou esta diferença entre o liberalismo e o democratismo com base na forma como o povo exercia o poder. Segundo ele, o democratismo fundamenta-se nas idéias de Rousseau, sobretudo na distinção entre o homem e o cidadão. O primeiro era puro, casto, bom, generoso e portador das virtudes encontradas no estado natural, mas o homem em sociedade cria as maiores injustiças e mazelas. Considerando que o homem não é naturalmente social, o filósofo genebrino formulou o conceito de corpo social, do qual todos os membros participam. A legitimidade do poder ou soberania do corpo político no Estado Moderno adviria do que denominou de vontade geral. Essa é infalível e se sustenta no interesse comum. A vontade não é sinônimo de vontade de todos porque essa última pode incorporar interesses individuais. O democratismo distinguiu-se do liberalismo porquanto entendeu que a soberania não se delega, está sempre no povo, o povo é o único soberano. O liberalismo falará de representação o que era inaceitável para os teóricos do democratismo, bem como a admissão da legitimidade dos interesses (Cf Genese do democratismo luso-brasileiro. Santa Maria: UFSM, 1995). Embora sejam irredutíveis um ao outro liberalismo e democracia, em nosso século, combinaram-se. No sentir de Joaquim de Carvalho dando ao liberalismo um outro perfil, mas sem perder as inspirações básicas de uma filosofia da liberdade.

política que combina a fonte do poder com os limites para o seu exercício. Esta é uma conquista de nosso século: a elaboração de uma teoria política que melhor atende aos interesses da maioria dos homens.

II. Os fundamentos da organização política

Apesar de estarem unidos nos Estados Modernos mais civilizados, democracia e liberalismo precisam ser teoricamente distinguidos para se entender a natureza dos problemas políticos. A liberdade política não é filha de si mesma, ela decorre, para o filósofo, de uma concepção de homem. Este entendimento de que aquilo que o homem é influi no seu modo de pensar a realidade política pode ser verificado em diferentes ocasiões e de muitos modos, mas é o mesmo impulso que alimenta a Grécia de Solon, a criação da Confederação Helvética no século XIII e a ocupação da América do Norte nos séculos XVII e XVIII. Primeiro se viveu e se criou espaços de liberdade, nascendo depois as formas de organização política, cujo propósito mais não era que preservar as circunstâncias edificadas na vida do grupo.

Joaquim de Carvalho explicou que o aprofundamento das questões políticas pedia uma reflexão filosófica, uma investigação sobre o homem. Esta foi a marca que o pensador impôs aos seus estudos, a compreensão da história da cultura e das idéias somente alcançava o nível de esclarecimento adequado quando cada aspecto culminava na especulação sobre o fundamento. Ele afirmou que a preocupação metafísica estava na base de toda especulação:

Em política, como em tudo o que é sério, sempre que pretendemos captar idéias claras e distintas não temos mais remédio que atravessar a nado o pélogo da metafísica. Descartes deu-nos o exemplo e Karl Marx também porque só se estrangulam idéias com tenazes de outras idéias. Nestas coisas os fatos são como a arena dos circos: servem para neles se montar o trampolim e a corda bamba, mas quem salta e sobe a pulso é a mente do homem (Carvalho, Com a razão nas mãos. v. VI, 1989. p. 262).

No propósito de esclarecer as questões políticas, o filósofo defrontou-se com a necessidade de fundamentar as relações humanas. o ponto de partida foi, para ele, o estabelecido pela fenomenologia, a consciência preenchida. *É que só há uma única coisa no mundo que nos seja óbvia e imediatamente presente - a*

consciência (idem. p. 263). É nela, acompanhando a mesma trilha já percorrida por José Ortega y Gasset (1883-1955)⁴ que aparecem ou radicam, explicou Joaquim de Carvalho, as demais realidades. De fato, Ortega partira da consciência singular, mas compreendeu que ela só se realiza na sociedade. o indivíduo é todo social, a realidade radical do singular não impede de ver a sua dimensão social, não estorva reconhecer outras consciências, mesmo que a demonstração desta realidade seja para nós uma prova difícilíssima, conforme afirmou Carvalho (idem. p. 263). A afirmação do sujeito perante os outros é uma exigência desta filosofia.

No homem singular é onde *tem ser e valor a verdade, ou o conhecimento científico, a beleza, ou a expressão pela arte, o bem, ou a conduta moral, a justiça, ou o império social do direito, e a técnica, ou a vitória instrumental da natureza* (idem. p. 263). Assim o pensador lusitano não apenas fez do homem o ponto de partida da vida social, como nele reconheceu uma realidade que é única entre todos os entes. É esta solidão ontológica que o afasta de tudo e explica porque ele está inevitavelmente só. Estar só no meio das coisas resulta da descoberta de que a natureza não se solidariza com o homem em nenhuma matéria. A marca humana é a capacidade de valorar e escolher, o que mostra, pelo menos neste ponto da meditação, a presença da separação que o kantismo fez entre o mundo humano, que é livre, do outro, que se guia pela necessidade.

Estabelecido o ponto de origem e marca da vida humana, Joaquim de Carvalho deu o passo que nos importa aqui examinar. Nada que ameace esta diferença e/ou fira a singularidade humana pode ser verdadeiro ou moral. Ele afirmou:

Se sobre todas as coisas reina a dignidade da consciência humana, qualquer ideário político, qualquer arquitetura do Estado, que a esqueça, esmague ou remova para o fundo do cenário é intrinsecamente falsa e moralmente pecaminosa (idem. p. 264).

⁴José Ortega Y Gasset, escritor e filósofo espanhol, que nasceu e morreu em Madrid respectivamente nos anos de 1883 e 1955. Fundou a conhecida Revista de Ocidente. Suas obras mais importantes são: *Meditações do Quixote, A desumanização da arte, A rebelião das massas e o homem e a gente*.

III. Os limites da atuação do estado e o liberalismo

Estabelecidas as bases teóricas ou filosóficas que justificam o respeito as consciências singulares, o filósofo dedicou-se a explicar a partir de que momento o Estado passa a desrespeitá-las. Esta parece ser, no seu entendimento, a questão principal de uma filosofia da liberdade. Não se trata de eliminar o Estado, que é necessário regulador das relações humanas, mas de estabelecer os limites de sua atuação. Nisto está o principal do liberalismo, estabelecer os limites de atuação do Estado.

No cumprimento de sua função de legítimo mediador dos conflitos humanos, o Estado passou a ter o monopólio da força e a exigir de todos obediência as leis e regulamentos. Isto se tornou fonte de muitos perigos, para controlar a violência dos indivíduos, o Estado tornou-se muito poderoso. Uma filosofia política da liberdade é, para o filósofo, uma questão recente e se coloca quando indagamos sobre os limites do Estado impor restrições aos cidadãos.

Não parece ao filósofo que o Estado possa intervir na consciência de seus membros, a liberdade para pensar é uma conquista importante da humanidade. Trata-se da distinção feita por Immanuel Kant⁵, mas que Joaquim de Carvalho radica não numa máxima da razão prática, mas nos ensinamentos de Cristo. A inviolabilidade da consciência decorre, no seu entendimento, da distinção elaborada por Jesus que determinou dar a César o que era de César e a Deus o que era de Deus. De Deus era a liberdade interior ou moral, de César a ordem exterior ou política. Segundo ele,

Desde o grande dia alguns homens souberam que a consciência tem um domínio autonomo e inviolável - as crenças, os pensamentos, os sentimentos, que nenhum poder tem o direito de devassar, e que o Estado, ou a lei, tem também um domínio próprio, a ação exterior (idem. p. 267).

⁵ Referimo-nos ao texto *Resposta à pergunta: Que é o esclarecimento?* onde Immanuel Kant (1724-1804) explicou que o uso público da razão deve ser livre e só ele pode realizar o esclarecimento entre os homens. Kant afirmou: *na medida, porém, em que esta parte da máquina se considera ao mesmo tempo membro da comunidade total, chegando até a sociedade constituída pelos cidadãos de todo o mundo, portanto na qualidade de sábio que se dirige a um público, por meio de obras escritas de acordo com seu próprio entendimento, pode certamente racionar, sem que por isso sofram os negócios a que ele está sujeito como membro passivo* (Kant, 1985. p. 106).

Ao manter a consciência preservada da ação do Estado e reservar, a este último, o espaço exterior, isto não significava, saliente-se que o Estado tudo podia fazer no âmbito das ações, ainda neste espaço limites existiam. Caso não houvessem limites, explicou o filósofo, estariam legitimadas práticas do mais brutal e tirano totalitarismo. o limite da ação estatal era a lei elaborada segundo os mecanismos normais da representação proporcional. A este estado de coisas chamamos de *estado de direito*.

IV. Os indivíduos e os modelos de estado

Para Joaquim de Carvalho é a compreensão que se tem dos indivíduos que promove a concepção de estado. Deste modo cada tempo teve uma noção de homem e por consequência uma maneira de pensar o tipo de estado que julgava atender melhor a esta noção.

O mundo antigo, grego e romano, concebeu o indivíduo como o ente que não era dividido ou separado. Deste modo, o sujeito grego e o romano não podiam realizar o fim de sua existência fora da sociedade. Aristóteles ensinara que a felicidade humana estava em bem viver na pólis. Não havia como pensar a vida singular ou individual desvinculada do grupo social⁶. Na Idade Média o conceito de indivíduo modificou-se e ele passou a ser aquele que, embora possuidor de aspectos singulares e únicos, definia-se pela pertença a espécie e ao género. O mundo foi hierarquizado e cada ente ocupava um lugar na espécie e essa, no contexto maior da realidade, estava subordinada a um ser ontologicamente mais perfeito, razão e fundamento de todos os demais. A modernidade deu ao indivíduo um tratamento diverso, reconheceu-o um mundo autónomo, um ponto singular onde a infinita pluralidade de entes pode surgir e tornar-se consciente.

As diversas concepções de sujeito deram origem a formas diversas de organização política que ele assim apresenta:

Destes três conceitos irrompem três respostas diversas a pergunta sobre as relações do indivíduo com a sociedade, respostas que por seu turno servem respectivamente de suporte e cibo metafísico a três políticas diferentes - absolutista, hierárquica e liberal (idem. p. 269).

⁶ Conforme indicamos em outra oportunidade o ideal de vida na cidade estado (pólis grega) era a *atividade ajustada a satisfação de bem viver na pólis. Para Aristóteles a felicidade não excluía o prazer e não se comparava a beatitude divina, antes era sinal duma completa realização de nossa natureza* (Carvalho, 1995. p. 51).

Abstraindo os detalhes, o mundo antigo e medievo ensinaram a olhar o indivíduo como parte, dependente do grupo e, nesta visão, o querer coletivo prevalecia sobre a vida singular. O estado absolutista de Luís XIV e o fascista de Mussolini possuem em comum a mesma concepção orgânica de coletividade e desconhecem a dignidade da pessoa ou a submetem ao comando do estado. Deste último fato exemplo clássico é o pombalismo, teoria política que reconhecia a legitimidade da riqueza, do trabalho e da vida, desde que devotados a causa do Estado.

Uma filosofia liberal estriba-se, contrariamente, no reconhecimento de que cada um é um mundo e que sua criação encontra limites nos outros mundos iguais a ele. Ao Estado cabe unicamente intermediar as relações entre os homens, este é o limite de sua atuação, ainda assim somente pode fazê-lo conforme determinam as leis.

O que explicaria a multiplicação de Estados totalitários, admitidos como prevalentes no início deste século? Temos claro que para ele não se vivia uma destruição da civilização ocidental nem os seus ideais de liberdade. Tivemos sim dois problemas, a limitada visão de história entendida como realizadora do ideal coletivo e a absolutização dos ideais democráticos neste novo contexto. Esta combinação promoveu o que Joaquim de Carvalho cognominou de catarata do progresso, isto é, uma espécie de doença ocular que confunde e priva da visão. Essa doença tanto defende o sacrifício da dignidade humana, em nome de um futuro eticamente melhor naquilo que se denomina de ética dos fins, quanto confunde o desenvolvimento material da sociedade com a conquista da paz interior. E, como o filósofo afirmou, progresso material e moral são realidades diversas, a paz, a alegria e o contentamento do coração nada tem a ver com o progresso material dos povos. *São incoles de outro mundo, diverso do mundo onde se fazem os aparelhos de TSF* (idem. p. 273).

Neste ponto Joaquim de Carvalho explicou que progresso não era categoria adequada para considerar os ideais éticos. Pode-se progredir individualmente na realização dos ideais, mas eles permanecem o que sempre foram, não se alteram como ideais, não se tornam melhor. Pareceu-lhe legítimo falar apenas de uma hierarquia de valores, pois nem todos os ideais teriam, por assim dizer, a mesma valia. No plano político, o ideal mais alto era a democracia liberal, conforme já deixamos assinalado.

V. Superioridade da democracia liberal

Ao reconhecer a superioridade da democracia liberal, o filósofo percebeu a necessidade de demonstrá-la e foi o que fez em seguida. É esta questão que temos em vista agora.

Cada tempo tem suas próprias preocupações e, como a história não se repete, a adaptação de um modelo ou ideal político é necessidade permanente. Joaquim de Carvalho descreveu o quadro social e as crenças do século XIX, das quais se destacava a confiança no futuro admitida por pessoas de diferentes classes sociais: o comerciante sentia estar preparando uma velhice tranquila quando aumentava seu patrimônio e o trabalhador sentia o mesmo participando das caixas de assistência. A crítica de Oliveira Martins de que a liberdade liberal era a liberdade para morrer de fome indicava que algo estava mudando nestas crenças.

A avaliação das teses de Martins revelou a Joaquim de Carvalho que nelas muito havia de impreciso. Seus erros decorriam de um mal uso da democratização do espírito liberal quando todos os membros sentiam como direito o que era para liberal um dever, o de acumular. Este equívoco tinha, pelo menos, um lado positivo, todos passaram a se preocupar com o próprio futuro. A crítica de Oliveira Martins refletia a exigência dos novos tempos e a aproximação do liberalismo com a democracia. o resultado deste avizinhamento foi a liberal democracia e a confiança na representação proporcional, mas esta não demonstrou constituir-se uma conquista definitiva. os mesmos problemas que ensejavam a adoção de um novo perfil para as sociedades liberais levou vários grupos humanos a optarem pelo totalitarismo.

Nosso século viveu uma experiência particularmente dolorosa, a morte da democracia e da liberdade pelas urnas. Este fato aconteceu na Alemanha nazista, e a possibilidade contemplada nesta triste via estava a pedir uma revisão dos fundamentos sobre os quais se alicerçava o liberalismo⁷. Para realizar semelhante tarefa pareceu

⁷ Mais de trinta anos depois que Joaquim de Carvalho escreveu páginas memoráveis sobre a renúncia espontânea da liberdade na Alemanha nazista, Claude Julien considerou a mesma questão de modo lúcido, referindo-se ao que se passou naquele país nos anos 30. Afirmou: *o nazismo não lhe foi imposto por uma derrota militar. A Alemanha deliberadamente o acolheu através de eleições livres. Ela se jogou nos braços de Hitler pensando que ele a salvaria da crise, do caos, do bolchevismo. Ela escolheu. E sua escolha era uma escolha de civilização. Ela escolheu a ordem a*

a Joaquim de Carvalho necessário primeiro diagnosticar a causa da contradição acima mencionada, a morte da democracia através do que deveria ser o seu mecanismo de perpetuação. No sentir do pensador foi o esvaziamento da classe média que promoveu a catástrofe e alimentou filosofias políticas adversárias da liberdade. Asseverou:

É que numa sociedade proletarizada, sem classe economicamente independente, conscia da sua missão social, aberta a todos os homens ativos, onde apenas existam os dois extremos antagónicos - o muito rico e o muito pobre - só as paixões de inspiração económica excitam e dinamizam as massas. É em torno da repartição das riquezas que se concentram as emoções políticas, e essas emoções tendem necessariamente para qualquer destes dois pólos opostos: o pólo comunista, internacional e marxista, ou o pólo nacionalista, de Estado Comercial Fechado, mais ou menos segundo o pensar de Fichte, que com Marx, é o condutor das massas proletárias dos nossos dias (idem. p. 277).

Por este motivo a destruição da classe média significa um alto risco político. Ao contrário, o fortalecimento da classe média e sua ampliação significam muito, tanto na generalização da confiança no trabalho e na poupança, quanto na difusão da mobilidade social que premia aqueles que são mais diligentes e esforçados. Ao lado da valorização da classe média pareceu-lhe também adequada e urgente a proteção da família, porquanto é no seio dela que se aprende o respeito ao pacto social e nela são dadas as lições mais eficazes de parcimonia. A família é adicionalmente um estímulo ao trabalho e a forma concreta de criar laços de solidariedade humana entre os homens de hoje e os da geração vindoura. Contra ela conspiram, curiosamente, tanto os ultra-reacionários quanto a extrema esquerda.

autoridade contra a liberdade e a democracia Ela escolheu a megalomania contra o respeito ao homem (Tradução nossa - Julien, 1987. p. 14). Julien afastou-se das considerações de Carvalho porque entendeu que o liberalismo ciclicamente cede a tentação totalitária como ocorre com a França do final dos anos 80, que acolheu os argumentos de Monsieur Le Pen. Julien entendeu que esta fraqueza liberal era um ponto a favor do socialismo democrático. Carvalho afirmou, ao contrário, que estava no ideal liberal a defesa contra todas as formas de corrupção da humanidade do homem. Devia-se apenas atualizar o entendimento desse ideal para vencer os novos desafios que a história sempre propõe.

O último bastião de respeito a esta instituição está justamente na classe média.

Os novos desafios representados pelas dificuldades deste século puseram em cheque a forma assumida pelo liberalismo no século XIX. Ao ser colocada em dúvida a forma, não se interfere nos ideais da filosofia da liberdade. Assim, a forma superada representada pelo antigo liberalismo precisava ser substituída por outra. Uma outra que se espera mais adequada para concretizar os ideais de liberdade. Embora diferentes liberalismo e democracia foram aproximados para dar a filosofia da liberdade o perfil pedido em nosso século.

VI. Os partidos e a liberal democracia

No importante ensaio intitulado *Sobre a idéia de estado total*, Joaquim de Carvalho aprofundou a avaliação das circunstâncias características de seu tempo. Ele o fez na expectativa de abrir a discussão sobre o sentido que a filosofia da liberdade deveria assumir. Para ele o estado liberal encontrou-se muito ameaçado, na primeira metade do século XX, pelo estado totalitário. Esse último assumira várias formas, *pouco importando que apelide de facista, hitleriano ou comunista, porque sob a diversidade de nomes e fins se esconde a identidade de processos e objetivos* (Carvalho. *Sobre a idéia de estado total*. v. VI, 1989. p. 283).

Nos estados totalitários onde a ênfase recai no conjunto da sociedade e onde a pluralidade é uma distorção a ser banida, partido não designa uma agremiação com papel definido. Existem partidos nos estados totalitários, mas neles a palavra não possui um sentido preciso. Apenas onde a pluralidade e a democracia são importantes é que partido significou uma realidade sentimental e ideológica, no entendimento de Joaquim de Carvalho. A democracia, tal como a entendeu o filósofo nasceu de três idéias diferentes: *A idéia de soberania do povo; a idéia de igualdade de direitos e a idéia da liberdade individual como limitadora do poder público* (idem. p. 284).

O partido na democracia é a reunião de determinados interesses fortes o suficiente para congregar um certo número de pessoas de classes diferentes, conforme já tivemos oportunidade de explicar. Nas sociedades civilizadas, os ideais políticos não se identificam com os interesses de classe, é sempre mais genérico que eles. É evidente que a convivência dos partidos sempre será difícil, pois eles representam a diversidade de opinião sobre os vários

assuntos. No entanto, eles ajudaram a aperfeiçoar a democracia que não é coisa concreta, *mas um espírito* (idem. p. 284).

Na medida em que reúne, interesses distintos e promove a disputa organizada dos interesses, *o estado democrático-liberal representa a mais alta expressão da inteligência política e dos mais delicados sentimentos da convivência e da dignidade humana* (idem. p. 285). Essa compreensão de que nos grupos humanos afloram interesses é importante para suplantar uma visão simplificada do papel do estado liberal, a de que ele é uma instituição neutra. O estado liberal não é neutro.

Joaquim de Carvalho considera que todos os cidadãos devem ser julgados pela mesma lei e que a administração da justiça precisa ser imparcial, mas isto não significa a neutralidade do estado. Para ele a vontade do estado é o resultado da opinião pública e esta é a manifestação do sentimento médio estabelecido na disputa dos interesses e do jogo partidário. A opinião pública é representada pelos órgãos, dos quais os partidos políticos são as vozes. Esta posição não difere do que pensava Karl Jaspers que a tomava como o fórum da informação e confrontação intelectual. Trata-se, em outras palavras, de garantir que a batalha *pela verdade e pela sinceridade possa continuar a fazer-se com normais possibilidades de êxito* (Jaspers, 1983. p. 99). É esta esperança que permite realizar o que Joaquim de Carvalho desejava, fazer da opinião pública o campo de descoberta da verdade, ou melhor, o espaço onde os interesses particulares fossem mediados não pela indiferença, mas por um interesse maior.

A disputa política nas liberais democracias termina com a vitória de um partido, o que não equivale ao triunfo de uma classe social sobre as demais. Conforme indicamos anteriormente, o partido não se identifica com uma classe social e esta não é uma organização fechada. Joaquim de Carvalho entendeu que o principal de seu tempo era a generalização do espírito burguês para todas as classes da sociedade. Para compreender o que ele imaginou é preciso que se diferencie, como ele fez, a figura histórica do burguês, que surgiu no ocaso da Idade Média, do espírito ou realidade sentimental burguesa. Esta sentimentalidade burguesa *é uma formação e disposição das riquezas e satisfação das necessidades* (idem. p. 286).

A ética burguesa estimula a independência individual e econômica, valendo-se da idéia de propriedade, que usa para renovar a face da terra e dar-lhe um outro perfil. A principal

característica deste espírito burguês é a preocupação com o futuro e visa cuidar para que as adversidades da existência não o encontrem despreparado para enfrentá-las. Esta preocupação é algo que se generalizou em nosso tempo e não há empregado ou operário que não cuide de seu futuro.

No sentir de Joaquim de Carvalho certas aspirações que atendem pelo nome de justiça social decorrem da generalização de princípios do espírito burguês - *direito ao trabalho, salário mínimo, seguro na velhice e enfermidade, acesso à cultura, etc.* (idem. p. 287). Este espírito burguês ou ética da ocupação da vida opõe-se e combate *no espaço, a vagabundagem, no tempo, a contingência e a surpresa* (idem. p. 287). O problema básico da política que é oferecer a justiça e os meios de vida ao maior número encontram no espírito burguês a melhor resposta, ainda que não constitua, por assim dizer, um direito a ser exigido, mas um ideal a ser alcançado.

O espírito burguês justamente porque trabalha com vistas à poupança e gera riqueza promoveu, ao longo do tempo, o senhorio do homem sobre o tempo. O que em outros momentos da civilização era uma possibilidade só dos religiosos, depois se tornou uma realidade dos aristocratas e proprietários dos solares e, mais tarde, de outros proprietários. O tempo livre propiciou *o sentido das coisas caridosas e ternas e encontramos na letra o primeiro vislumbre do dealbar do espírito* (idem. p. 290). O senhorio sobre o tempo foi uma conquista importante do homem porque quando pode gastá-lo livremente pode então cuidar de produzir os requintes da civilização.

VII. A universidade e os requintes da civilização

No sentir de Joaquim de Carvalho, já o indicamos, o que tipifica o espírito burguês é uma preocupação com o futuro e com a poupança que não nasceram com o burguês histórico, são-lhe anterior. Assim, os requintes da civilização se tornam realidade quando este espírito de parcimônia e poupança se generalizam não só entre os homens, mas também entre as instituições. A universidade justamente representa o ponto alto da civilização no que tange a produção cultural e culmina na institucionalização do uso do tempo livre para a criação espiritual.

A preocupação de Joaquim de Carvalho com os rumos da universidade integram sua preocupação política justamente porque uma universidade, onde não houvesse tempo livre, muito pouco

contribuiria para o desenvolvimento dos requintes da civilização, e sem esta contribuição quase não ajudava a dar qualidade e singularidade a existência do homem. O cerne de suas considerações sobre o papel da universidade para a renovação da vida dos povos foi tecida no ensaio *Reflexão sobre a universidade*.

Possuindo a universidade o papel de renovar a vida do espírito, cabia aos políticos oferecer-lhe as condições para o exercício de sua missão. Dos dirigentes da sociedade *cobra-se a visão clara da realidade dos fatos e o cálculo prospectivo da sua incursão pelo futuro* (Carvalho, *Reflexão sobre a universidade*. v. VI, 1989. p. 291). Ao perceber nos políticos de seu tempo pouca disposição para estimular justamente a missão primeira da universidade, o pensador critica-os pela falta de perspectiva futura. Quanto mais acumula mais a sociedade pede em criação da cultura, mais diversificados precisam se tornar os produtos da cultura.

A ausência de tempo livre e o desconhecimento do trabalho docente leva os políticos a prejudicarem o desenvolvimento da carreira docente. Promovem o ensino fácil e a repetição, inimigos da vida universitária e da criação do espírito. Por sua vez o estudante que partilha desta mentalidade, inimiga da liberdade, acaba por perder o que o ensino tem de mais importante. *Pode-se tornar um técnico útil, mas é, uma alma perdida e a arrepiante verdade é que a organização vigente é uma máquina infernal de perda de almas* (idem. p. 293).

Esta mentalidade desastrada aos poucos espalhou-se pelo país e o resultado é facilmente observado: *a crescente diminuição de vocações científicas, a quebra de continuidade no ensino dos grandes mestres, finados, a carência apavorante de jornais e revistas de juventude escolar, e em sua substituição subprodutos reles da boemia pseudo-espirituosa* (idem. p. 294).

Este diagnóstico levou-o a criticar a condução da política para a universidade porquanto não havia a preocupação de cuidar dos espíritos destinados a ampliar a cultura. É verdade que a universidade deveria fornecer bons profissionais a sociedade: médicos bem treinados, bons biólogos, físicos preparados, advogados com sólidos conhecimentos jurídicos, etc. No entanto, a missão da universidade era maior do que a formação profissional, ela devia cuidar do desenvolvimento da ciência pura e esta somente se faz com uma organização diferente da política então adotada para a universidade. Daí sua crítica aos políticos que não cuidavam da

universidade como uma instituição liberal. Ele termina seu ensaio com uma indagação: *Os que se destinam a ciência pura tem que ser cultivados como as orquídeas raras, e vamos porventura cultivar na mesma estufa a orquídea e o castanheiro?* (idem. p. 294).

Considerações finais

Ao notar que a expectativa de vida das pessoas estava mudando, que a produção industrial não tinha mais o mesmo perfil que tivera no século anterior e que cresciam as pressões favoráveis aos governos totalitários, muitos acreditaram que a cultura ocidental estivesse doente. O remédio que receitavam era a extinção do liberalismo económico-político pois uma doença incurável havia atingido a filosofia da liberdade. O século da crise era o pedido de uma ordem social diferente. No momento em que muitas vozes gritavam o fim do liberalismo, Joaquim de Carvalho propôs uma leitura lúcida das dificuldades então vividas e indicou que a liberal democracia era, por suas vantagens e benefícios, o que de melhor o homem havia criado para viver em sociedade. Logo também ela era a melhor estratégia para enfrentar a crise que tomou conta do homem e de suas instituições. Revelou, com isso, possuir um olhar pragmático na avaliação dos resultados obtidos pelas filosofias políticas, fundamentado num vastíssimo conhecimento histórico e na paciente meditação. Por este motivo é importante ainda hoje conhecer e examinar suas idéias sobre a política e a liberdade, elas são atuais.

Seu conhecimento da história forneceu-lhe um entendimento das mudanças que se processavam, de modo que enxergou a crise de seu tempo como fruto da natural mudança que acompanha o homem na história. A procura da descrição exata das mudanças muitas vezes simplifica e empobrece o processo. Esta tentação o filósofo não teve, ao contrário denunciou todas as formas de reducionismo. O processo histórico não foi por ele simplificado e o tumulto ideológico da esquerda radical não ofuscou o exame que procedeu dos complexos mecanismos da mudança ocorridos na sociedade ocidental. Nada nela lhe sugeria a catástrofe, a doença cultural e a destruição da liberdade. Ele percebeu que o ideal de liberdade se mantinha intacto no meio de todas aquelas transformações, variando apenas o modo de percebê-lo. Ameaças a liberdade sempre existiram em outros e no seu tempo. Cumpria

vence-las em nome de valores mais altos: da liberdade de viver e de criar.

Lúcido como foi percebeu com clareza que o ideal de liberdade, como qualquer outro, nunca é vivido plenamente e justamente por isto não pode ser transformado em direito. Suas críticas aos políticos objetivaram tornar o ideal mais próximo da vida concreta dos homens.

Em meio as vozes que preconizavam a decadência do ocidente voltou o seu olhar atento para os múltiplos detalhes que integravam a vida do homem, formulando a defesa apaixonada da liberdade e das instituições liberais. A vida revelava-se debaixo desta defesa, fascinante, desafiadora, misteriosa, tocante e esplendorosa. o filósofo admirado com as múltiplas possibilidades da existência enxergava nas diversas manifestações culturais os elementos do ressurgimento do liberalismo.

Tendo falecido na segunda metade dos anos cinquenta é muito impressionante a avaliação que elaborou do processo em curso. Neste final de século, quando o espírito da liberdade ganha um impulso extraordinário, ainda é comum ouvir anúncios do fim do liberalismo decorrentes das transformações observadas na sociedade ou no perfil do capitalismo. Por este motivo as teses de Joaquim de Carvalho continuam atuais.

José Maurício de Carvalho
Departamento de Filosofia da FUNREI (BRASIL)

Bibliografia

Carvalho, Joaquim de. Liberalismo e democracia ou glosa de um juízo de Herculano. *Obras Completas*. v. VI. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

Com a razão nas mãos. *Obras Completas*. v. VI. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

Sobre a idéia de estado total. *Obras Completas*. v. VI. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

Reflexão sobre a universidade. *Obras Completas*. v. VI. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

CARVALHO, José Mauricio de. *Caminhos da moral moderna* Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1983.

JULIEN, Claude. Pensée sans objet, société sans projet. In: *Des sociétés malades de leur culture*.. Paris: Le Monde Diplomatique, n. 1, s.d.

KANT, Immanuel. *Textos seletos*. - 2. ed.- Petrópolis: Vozes, 1988.

MAFATTI, Selvino. *Genese do democratismo luso-brasileiro*. Santa Maria: UFSM, 1995.